

SEMANA DE
14/03 a 18/03

ANÁLISE LEGISLATIVA

ELABORAÇÃO



LIMA &
VOLPATTI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

OFERECIMENTO

CONACATE
Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado

NOTAS GERAIS

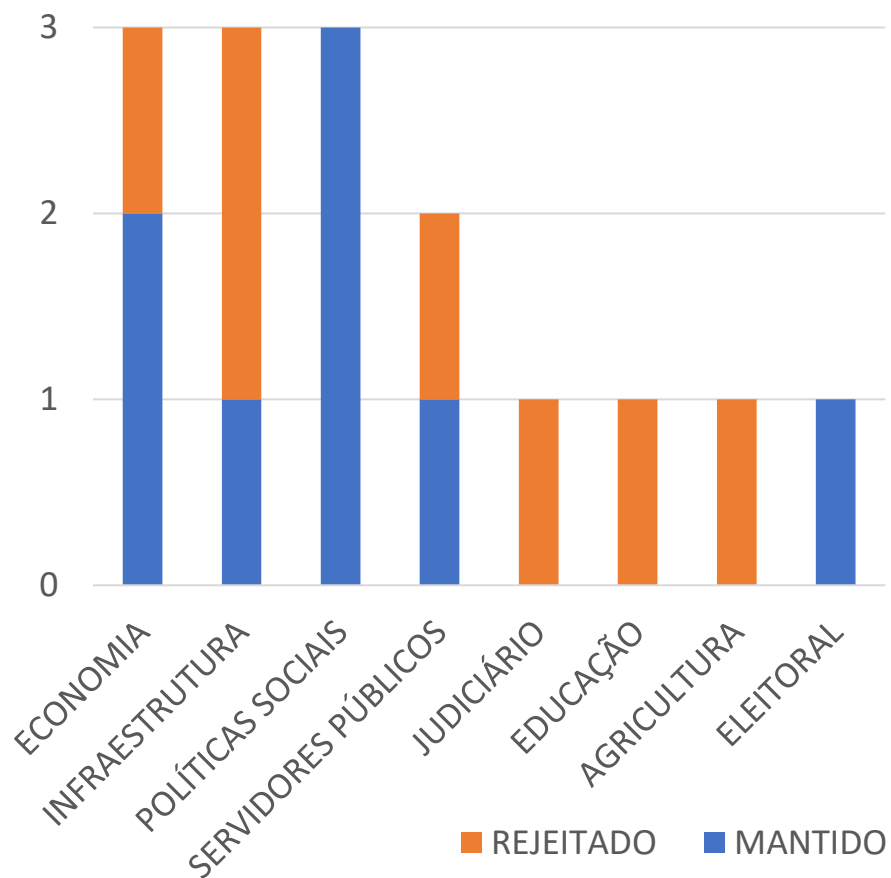
Semana marcada pela sessão de vetos do Congresso Nacional, com 15 vetos apreciados. A análise das matérias rejeitadas, isto é, em que prevaleceu a posição anterior do CN traz informações relevantes sobre os grupos econômicos e sociais de maior organização e influência.

O Senado Federal manteve a votação de pautas de políticas sociais, como o FUNDEB, contra a violência doméstica e à favor dos idosos.

Na Câmara, destaque para aprovação da nova lei sobre despesas com publicidade governamental e a dispensa do alcance das metas nos contratos na área de saúde pública.



Vetos apreciados por área temática e resultado



Dentre os 15 vetos apreciados, oito foram integralmente mantidos e 7, ao menos, parcialmente rejeitados. Vale destacar que, em regra, os vetos tem como fundamento evitar o aumento indevido de gastos/redução de despesas públicas pelo Congresso Nacional.

Destaca-se a **manutenção do Veto Parcial 70/2021** a respeito de alteração do CN sobre o auxílio-brasil. Os dispositivos vetados dizem respeito à **garantia de recursos orçamentários para o atendimento de todas as famílias** que fizessem jus ao programa.

De outro lado, os **vetos rejeitados, em regra beneficiam grupos econômicos** como hotelaria, marinha mercante e transporte rodoviário, mesmo com impacto nas contas públicas.



Vetos Rejeitados

VETO	TIPO	EMENTA	TEMA	RESULTADO	INTERESSE
19/2021	PARCIAL	Votação, em turno único, do Veto Parcial nº 19, de 2021, de autoria da Presidência da República, apostado ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, que "Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991".	ECONOMIA	REJEITADO	Apoio financeiro às empresas do setor turístico
69/2021	PARCIAL	Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3.418, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)".	EDUCAÇÃO	REJEITADO	Regras contábeis do FUNDEB
1/2022	PARCIAL	Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 6.537, de 2019, que "Dispõe sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região; e dá outras providências".	JUDICIÁRIO	REJEITADO	Controle orçamentário para nomeações em novo órgão do MPF
4/2022	PARCIAL	Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2021 (oriundo da MPV nº 1.064/2021), que "Institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências".	AGRICULTURA	REJEITADO	Regras sobre o controle da venda de estoque de alimentos
6/2022	TOTAL	Discussão, em turno único, do Veto Total apostado ao Projeto de Lei nº 1.676, de 2020, que "Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para ajustar o período de suspensão da contagem dos prazos de validade dos concursos públicos em razão dos impactos econômicos decorrentes da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19".	SERVIDORES PÚBLICOS	REJEITADO	Amplia o prazo de validade dos concursos públicos durante a pandemia
7/2022	PARCIAL	Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3.819, de 2020, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer critérios de outorga mediante autorização para o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; e dá outras providências".	INFRAESTRUTURA	REJEITADO	Revoga a cobrança da taxa de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de passageiros
10/2022	PARCIAL	Discussão, em turno único, do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3.819, de 2020, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer critérios de outorga mediante autorização para o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; e dá outras providências".	INFRAESTRUTURA	REJEITADO	Reduz alíquotas do adicional de frete para renovação da marinha mercante



CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROPOSTAS APRECIADAS

Matéria	Autor	Sigla	UF	Interesse	Ementa	Resultado
MPV 1073/2021	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	N/A	N/A	SERVIDORES PÚBLICOS	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).	aprovado
PL 5091/2020	Soraya Santos	PL	DF	POLÍTICAS SOCIAIS	Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.	aprovado
PL 4059/2021	CACÁ LEÃO	PP	BA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição	aprovado
PL 2753/2021	JOSÉ SERRA	PSDB	SP	POLÍTICAS SOCIAIS	Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade.	aprovado
PL 1529/2021	Tereza Nelma	PSDB	AL	SERVIDORES PÚBLICOS	Dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018	aprovado



SENADO FEDERAL – PROPOSTAS APRECIADAS

Matéria	Autor	Sigla	UF	Interesse	Ementa	Resultado
PLC 73/2021	PAULO ROCHA	PT	PA	POLÍTICAS SOCIAIS	Lei Paulo Gustavo - Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural	aprovado
PL 4147/2021	WELLINGTON FAGUNDES	PL	MT	POLÍTICAS SOCIAIS	Incentiva programas nacionais de atendimento ao homem, em caráter preventivo à violência contra as mulheres, para fins de equânime desenvolvimento humano, regional e social; e instrumentaliza mecanismos em canais de assistência preventiva para fins de contenção à violência doméstica e familiar.	aprovado
PL 3154/2021	Nelsinho Trad	PSD	MS	POLÍTICAS SOCIAIS	Altera a Lei Maria da Penha, para dispor sobre programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar em estabelecimentos de ensino.	aprovado
PL 556/2022	JHC	PSB	AL	EDUCAÇÃO	Altera a Lei do FUNDEB, para dispor sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos oriundos dos fundos e da complementação da União ao FUNDEF, ao FUNDEB 2007-2020 e ao FUNDEB permanente.	aprovado
PL 4438/2021	SIMONE TEBET	MDB	MS	POLÍTICAS SOCIAIS	Altera o Estatuto do Idoso, para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-las.	aprovado
PL 520/2021	JORGE KAJURU	PODEMOS	GO	POLÍTICAS SOCIAIS	Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para assegurar o atendimento prioritário às pessoas com diabetes mellitus nos serviços públicos e privados de saúde, nos casos que especifica.	aprovado



PARA MANTER NO RADAR

PEC 24/2021

Altera os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre o tempo de contribuição das mulheres.

Proposta minora os impactos da Reforma da Previdência sobre as mulheres.

PEC 122/2015

Acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como para proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei orçamentária anual ou do projeto de lei orçamentária anual enviado pelo chefe do Poder Executivo, nos termos que especifica.

Proposta dificulta a conquista de direitos via legislativa, em função da necessidade de atuação prévia do Executivo na parte orçamentária



Contato

www.limavolpatti.adv.br
contato@limavolpatti.adv.br

+55 (61) 4042-3224

BRASÍLIA – DF:
ED. VICTORIA OFFICE TOWER, SL. 505/508, SAUS QD. 4,
LOTE 9/10, CEP 70.070-938, ASA SUL,

